

"Elas andaram aí", mas com "estranhos destinos". Como se (re)escreve na história portuguesa a arquitectura no feminino?

Começaram por descobrir "o traço" e fincaram o pé para não serem tratadas por "senhoras arquitecto". A história das mulheres na arquitectura é feita de conquistas, tentativas e "estranhos destinos". E há quem lute para que deixe de ser invisível.

[Andreia Friaças](#) 15 de Julho de 2020, 8:33



Quem são, quando surgiram e como contribuíram as mulheres para a

história da arquitectura? Apesar de elas representarem [quase metade dos inscritos na Ordem dos Arquitectos](#) e serem a maioria nas universidades, os livros e manuais mais "consagrados" continuam a não destacar arquitectas nas suas páginas, critica Patrícia Santos Pedrosa, professora de História da Arquitectura na Universidade da Beira Interior. "Ainda há a ideia de que se as mulheres não estão nos livros é porque não fizeram nada de relevante para lá estar. Ainda há muito esta narrativa histórica de que temos apenas uma genealogia normal e que, para um país pequeno, [até tivemos dois prémios Pritzker](#) [Siza Vieira e Souto Moura]", completa Patrícia Santos Pedrosa.

Ao longo dos anos, esta forma tradicional de fazer investigação sobre "as pessoas excepcionais e os seus objectos ou sobre objectos excepcionais e as suas pessoas" tem empurrado para a sombra a diversidade de personagens e de percursos na arquitectura, principalmente se falarmos no feminino. Para contrariar a marcha das décadas anteriores e construir um mapa mais real da profissão, nasceu, há dois anos, a investigação *Arquitectas em Portugal: construção da visibilidade, 1942-1986* – que faz parte do projecto [W@ARCH.PT](#), desenvolvido no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.



Patrícia Santos Pedrosa é a coordenadora da investigação Arquitectas em Portugal: construção da visibilidade, 1942-1986 Daniel Rocha

Mas procurar o rasto das mulheres que foram invisibilizadas durante séculos pode ser um caminho espinhoso. Por exemplo: os documentos oficiais que a história consagra como fontes — como o diário de despesas de um mosteiro ou a carta entre o arquitecto e o provedor da obra — raramente são assinados por mulheres. Por essa razão, os testemunhos orais surgem como uma das chaves desta investigação. E para substituir “o herói único” pelas diversas “existências plurais”, é preciso procurar narrativas que vão além da “história dos triunfos”. “O objectivo é explorar a presença das mulheres na prática arquitectónica, mas também enquanto técnicas, investigadoras, professoras. E também ouvir o outro lado: [mulheres que tenham feito o curso](#) e que nunca tenham praticado, ou que tenham começado a estudar mas nunca tenham terminado. Esses relatos são importantes para construir uma narrativa mais verdadeira da existência na profissão”, diz Patrícia Santos Pedrosa, coordenadora do projecto e fundadora do [colectivo Mulheres](#)

[na Arquitectura.](#)

"Sou arquitecta, nunca escrevi outro nome"

O marco cronológico da investigação inicia-se no arranque da década de 40, mas, olhando para trás, os séculos XVI e XVII revelam "uma história de tentativas", diz a investigadora. Neste período foram identificadas, em biografias de personagens notáveis da época, pelo menos seis mulheres de contexto social elevado – há uma que excepcionalmente é anotada como filha de "pessoas ordinárias" – que teriam "boas notícias de arquitectura civil". "Há indicação de que têm conhecimento do traço e do risco, neste contexto não se trata do traço do desenho ou da pintura, mas sim o traço arquitectónico", acrescenta.

Ainda que fosse mais habitual encontrá-las nos cursos de desenho ou pintura, nos primeiros anos do século XX há também mulheres inscritas em algumas cadeiras de arquitectura ou mesmo no curso de arquitectura civil – que na altura só era leccionado na [Escola de Belas Artes em Lisboa e no Porto](#). Mas nenhuma consegue concluir o curso – provavelmente, diz a investigadora, devido às dificuldades sociais e económicas da época (vivia-se o fim da monarquia e início da república) ou ao atravessamento das vidas pessoais, que empurravam várias vezes as mulheres para longe do ensino. Por exemplo, Luísa Ferreira de Matos e Silva é uma das mulheres que começa o curso de arquitectura, em Lisboa, em 1910, e que não o consegue terminar. Volta em meados de 1930, mas apenas acaba por concluí-lo em 1951, na altura com 55 anos.

Já a década de 1940 é uma altura de estreias: Maria José Estanco é [a primeira mulher a terminar o curso de arquitectura em Lisboa](#), em 1942. A algarvia, natural de Loulé, tinha rumado a Lisboa com a mãe para dar aulas particulares de desenho, enquanto sustentava a família. Entrou na escola de Belas Artes para estudar Desenho, mas fez uma paragem nos estudos para visitar o pai e a irmã, emigrados em São Paulo. É além-mar

que conhece o engenheiro belga Anselmo Escaranha Meiller, responsável, à época, pelo planeamento de uma nova cidade, Marília. A Iuletana regressa a Lisboa decidida a mudar de curso. Em Setembro de 1929, com 24 anos, matricula-se no primeiro ano do Curso Especial de Arquitectura Civil.



Maria José Estanco (à esquerda) fez parte do Movimento Democrático das Mulheres (MDM), e, em 1992, recebeu uma distinção de honra da associação. DR/Movimento Democrático das Mulheres (MDM)

Numa turma só de homens, termina o terceiro ano com nota de mérito e obtém isenção no pagamento das propinas. Só mais tarde, em 1942, defendeu o projecto "um jardim-escola no Algarve" para o Concurso de Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA), aprovado também com distinção. Mas nunca conseguiu um trabalho num *atelier* nem numa câmara municipal — segundo a mesma, porque não tinha caderneta militar, um documento oficial que na altura era apenas acessível aos homens. "Não queriam que eu fosse 'arquitecta', queriam que eu fosse a

'senhora arquitecto'. Eu disse sempre não. Os femininos dos cabos terminados em 'o' transformam-se em 'a', ora 'arquitecto' passa a ser 'arquitecta' e eu [sou arquitecta, nunca escrevi outro nome](#)", disse, em 1986, Maria José Estanco, que acabou por fazer alguns projectos, a [pedido de amigos](#), como uma casa em São Pedro de Moel, em Leiria.

Já Maria José Marques da Silva é a primeira mulher a terminar o curso de arquitectura no Porto em 1943. É filha do conhecido arquitecto Marques da Silva, que também foi director da Escola de Belas Artes do Porto. Quando terminou as aulas, começou a trabalhar no *atelier* do pai, onde conhece o futuro marido, David Moreira da Silva, com quem mais tarde abre um *atelier*. Desde os anos 40, o casal partilha a autoria de vários edifícios, especialmente no Porto. A sede da Cooperativa de Pedreiros, a Torre Miradouro da Rua da Alegria, o Palácio do Comércio e o Adro da Nossa Senhora da Conceição na Praça do Marquês de Pombal são alguns exemplos.



Maria José Marques da Silva a defender o trabalho final de curso, no Porto. DR/FUNDAÇÃO MARQUES DA SILVA DR/FUNDAÇÃO MARQUES DA SILVA

Nos anos 80, foi presidente da Secção Regional Norte da Associação de Arquitectos (a Ordem só nasce em 1998) e organizou o [40.º congresso da associação](#), no Palácio da Bolsa, no Porto, em 1986. "Apesar de tudo o que ela fez, quando comecei a estudar estas coisas, há cerca de 10 anos, continuava a ser invisibilizada. Em alguns edifícios de ambos, continuavam a dar autoria apenas a ele", diz a professora.

Ao colocar estes dois percursos no mesmo tabuleiro, Patrícia Santos Pedrosa designa-os como um "paradigma fundacional" por "representar aquilo que depois se repete até aos dias de hoje". "Não conseguir entrar na profissão ou, quando se entra, ter o seu trabalho invisibilizado, continua a estar enraizado como um estranho destino", acrescenta.

Caminhos secundários?

Nos anos 50 eram pontuais as mulheres que se inscreviam na profissão. Segundo os dados da Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos, apenas quatro mulheres o fizeram; em contrapartida, houve 227 inscrições masculinas. Nos anos 60, o número sobe para 20, mas continuam a ser a minoria ao lado dos 217 colegas inscritos na mesma altura. Esta década é especialmente marcada pelos primeiros passos na reflexão sobre [as questões sociais da arquitectura](#), principalmente no tema da [habitação](#) — apesar de, na altura, as mulheres ainda não ocuparem espaço na esfera de debate. No entanto, algumas iam construindo carreira lá fora. Exemplo disso é Carlota Quintanilha que trabalhou enquanto arquitecta em diversos projectos nas colónias portuguesas.

A revolução do 25 de Abril e o derrube da ditadura levam ao grande salto na entrada das mulheres na profissão: na década de 70, 136 mulheres inscreveram-se na Secção Regional Sul da actual Ordem dos Arquitectos. Foi no rescaldo da democracia que nasceram projectos como o [S.A.A.L, Serviço de Apoio Ambulatório Local](#). Lia Antunes, [também investigadora deste projecto](#), explora como várias arquitectas, e também estudantes de arquitectura, se juntavam às comissões de moradores e cooperativas (onde as mulheres tinham um papel fundamental) e procuravam, em colectivo, responder às necessidades habitacionais. Estima-se que, na época, faltavam mais de 500 mil habitações (ou "fogos") para realojar pessoas que não tinham habitação condigna.

"Este também é o momento em que se começa a perceber melhor que fazer obra pública ou grandes edifícios de habitação não é o modelo único da profissão. O ensino, as câmaras municipais, os ministérios passaram a ser um dos sítios de saída das arquitectas, ainda que até hoje sejam vistos como caminhos secundarizados", conclui Patrícia.



"As Mulheres no processo S.A.A.L. (1974-1976): Arquitectas e moradoras pelo direito à habitação" é o título da investigação de Lia Antunes DR

Por exemplo, a arquitecta Helena Roseta foi deputada na Assembleia da República – primeiro pelo Partido Social Democrata e depois pelo Partido Socialista – e, mais tarde, foi eleita [vereadora da Câmara Municipal de Lisboa](#) com o pelouro da Habitação e do Desenvolvimento Social, sendo responsável pelo primeiro programa local de habitação da cidade. Já a arquitecta Luz Valente Pereira foi a primeira mulher a entrar no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em 1966, e a [dedicar a sua vida à investigação](#): tem uma obra extensa sobre planeamento, *design* e reabilitação urbana. "Quando terminou o curso, demorou anos a conseguir apresentar as provas

finais porque teve de fazer uma interrupção para trabalhar. E depois, quando consegue dedicar-se à investigação, continua a estar ausente nas bibliografias dos cursos de arquitectura. É mais conhecida no Brasil, onde chegou a ser convidada para conferências", considera Patrícia Santos Pedrosa.

Mais tarde, em 1886, aquando da entrada de Portugal para a CEE – Comunidade Económica Europeia, [há a "explosão" das escolas de arquitectura](#). O número de alunas e de professoras de arquitectura foi subindo e, em 2005, pela primeira vez na história, também houve [mais mulheres do que homens](#) a inscreverem-se na Ordem dos Arquitectos.

Mas a feminização da profissão ainda não se traduz em igualdade. De acordo com o relatório [Women in Architecture de 2017](#), uma em cada sete arquitectas já experienciou algum tipo de assédio sexual no contexto de trabalho, várias adiam a gravidez ou não têm filhos, e a diferença salarial na profissão, [segundo dados europeus](#), ainda ronda os 25%. Por outro lado, avança a investigadora, também são as mulheres que mais suspendem a sua inscrição na Ordem dos Arquitectos.

Da universidade à Wikipédia

A reflexão sobre a presença das mulheres na arquitectura é "tardia", tal como acontece nas mais variadas áreas, considera a investigadora. Graças à ditadura, as mulheres e homens dedicaram, durante muito tempo, os seus esforços à luta pela democracia e pelo fim da guerra — por isso, nos anos 60, os ventos internacionais da vaga feminista não chegaram ao país. Por cá, o rastilho do estudo das mulheres na arquitectura acontece em 2010, com a publicação [Being a female architect in Portugal: a short introduction to a long ride](#) que Patrícia Santos Pedrosa apresentou no congresso European Architectural History Network, [em Guimarães](#). "Foi um momento importante para mim, porque me mentalizei que não me importava de ser conhecida como a gaja das gajas", afirma. No mesmo ano, também o professor Jorge Figueira organiza [o encontro Mulheres na Arquitectura](#) na Universidade de Coimbra.

Este projecto de investigação, que será concluído em 2021, é "só mais um passo para mostrar que elas andaram por aí", graceja Patrícia Santos Pedrosa. Mas, doravante, há novas preocupações: como é que se devolve a história das mulheres à história dita geral, que está contemplada nos manuais? E como é que esse conhecimento sai da academia?

É com esta preocupação que as investigadoras estão a construir uma

biblioteca de entrevistas a arquitectas em formato vídeo e que também resultará num documentário. Por outro lado, querem tornar estes nomes e percursos mais visíveis no ciberespaço, e isso passa por [escrever mais entradas de mulheres arquitectas](#) em *sites* como a Wikipédia – que, actualmente, apenas tem uma “lista de arquitectos de Portugal”.

“Fazer este mapeamento na internet é importante e isso nota-se nas aulas”, diz Patrícia Santos Pedrosa. “Muitos professores de história, na altura de pedir um trabalho sobre um arquitecto, não referem arquitectas, porque dizem que não têm trabalho significativo e não são estudadas. Mas mesmo quando são os alunos a escolher, muitos deles vão primeiro ao Google procurar nomes, e lá os primeiros *links* remetem para páginas da Wikipédia. Se as arquitectas não estão lá, também [não vão existir enquanto possibilidade para os alunos](#)”, justifica.

Para quebrar este ciclo de invisibilização, Patrícia Santos Pedrosa e Lia Antunes colaboraram, em Junho, com o programa [Curadorias Convidadas](#) das #WikiEditorasLx — grupo de editoras que quer dar mais visibilidade a mulheres – e [escreveram o perfil na Wikipédia](#) das arquitectas Maria José Estanco, Inês Lobo, Ana Tostões, Olga Quintanilha e Teresa Andresen. Há cinco anos, Patrícia Santos Pedrosa já tinha tentado escrever o perfil de Maria José Estanco, mas na altura foi anulado “porque não foi considerada pessoa de relevância”. Agora já conseguiu — e assim se re(escreve) a história.